

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

PÔSTER

O PAPEL DO PAR NA GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCATIVOS MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO

Roberta Freire Bastos - UFES/FAPES

bastosrobertafreire@gmail.com

Resumo: Este trabalho decorre do subprojeto “O impacto do PAR na gestão dos sistemas educativos municipais do Espírito Santo” e faz parte da pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)”. A metodologia centrou-se na análise documental e nas entrevistas com técnicos educacionais dos municípios da amostra. A meta foi analisar os impactos do PAR nos municípios de Água Doce do Norte, Irupi, Vila Velha e Vitória. A revisão literária e a análise dos dados revelaram contrastes e apontaram o PAR como fundamental e também como inexpressivo na totalidade do planejamento da educação municipal.

Palavras-chave: centralização/descentralização; PAR; Espírito Santo.

1- Introdução

Este trabalho trata dos resultados do subprojeto “O impacto do PAR na gestão dos sistemas educativos municipais no Espírito Santo” desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFES). O desenvolvimento desse subprojeto objetivou auxiliar a pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)” mediante a realização de entrevistas nos municípios participantes da amostra.

Os quatro municípios foram selecionados mediante sorteio, respeitando os seguintes critérios: dois municípios de pequeno porte, dois de grande porte; dois municípios com IDEB abaixo da média nacional, dois com IDEB de acordo com a média nacional; dois municípios que apresentaram continuidade na política local durante a elaboração do

PAR e dois municípios que apresentaram descontinuidade política nesse período. Foram selecionados os municípios de Água Doce do Norte, Irupi, Vila Velha e Vitória.

Os elementos analisados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica articulada às entrevistas realizadas com técnicos de educação responsáveis pela coordenação do PAR nos municípios.

2 – Aspectos teóricos e a gestão técnico-financeira do PAR

Em seu segundo mandato, o governo Lula lançou o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação por meio Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007 e convidou estados, municípios e distrito federal a aderir a esse plano mediante sua assinatura e elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR).

O PAR tem como finalidade prestar assistência técnica e financeira os estados, municípios e Distrito Federal. A assistência técnica se dá por meio do provimento dos programas. A assistência financeira, viabilizada por meio do investimento de recursos em programas educacionais, é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3 – O PAR nos sistemas educativos municipais do Espírito Santo

Durante o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012 foram realizadas entrevistas nos municípios da amostra. O município de Água Doce do Norte apresentou uma eficiente equipe técnica responsável pelo PAR, mas com pouca autonomia na gestão das políticas e dos recursos educacionais. As entrevistadas destacam a importância do PAR, mas também enfatizam a necessidade de “maior comprometimento local em fazer as ações acontecerem”. Essa fala evidencia não só a importância do PAR, mas também a inexperience na prática de planejamento educacional.

As entrevistas com as técnicas de educação de Irupi indicam a centralidade do PAR na gestão educacional do município, pois, segundo elas “se não tiver o PAR, o município não vai funcionar, porque os programas todos são do PAR. Se a Secretaria aderir, os programas do PAR funcionam direitinho. O PAR é bem completo, não é necessário mudar”. O município de Vila Velha se destaca devido à existência do Plano Estratégico da Secretaria (PES). Isto é, o PAR não é central para o desenvolvimento da educação municipal, apesar dos esforços para sua realização.

Situação semelhante notou-se em Vitória. Esse município conta com excelente organização e competência técnica para elaborar, implantar e monitorar as ações do PAR. Porém, o PAR possui papel secundário na educação municipal. Segundo a representante desse município algumas “coisas (demandas) o diagnóstico contempla, outras, para Vitória não faz sentido”. Isso ocorre porque a secretaria municipal de educação possui um planejamento próprio, desenvolvido em detrimento do PAR.

As inferências apontam a contradição existente entre os impactos de um planejamento sistêmico em municípios de um mesmo estado. A implantação do PAR evidencia as diversas desigualdades entre unidades federativas e a falta de experiência na prática do planejamento em nível local. Ao mesmo tempo, fortalece o controle central e social das políticas municipais pela União e homogeneiza os sistemas educacionais brasileiros.